



**ANÁLISE DE DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO EM
COOPERATIVAS DO RAMO AGROPECUÁRIO: UM ESTUDO NA REGIÃO
NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL**

**ANALYSIS OF ECONOMIC AND FINANCIAL PERFORMANCE IN
AGRICULTURAL BRANCH COOPERATIVES: A STUDY IN THE NORTHWEST
REGION OF RIO GRANDE DO SUL**

**ANÁLISIS DEL DESEMPEÑO ECONÓMICO Y FINANCIERO EN
COOPERATIVAS SUCURSALES AGRÍCOLAS: UN ESTUDIO EN LA REGIÓN
NOROESTE DE RIO GRANDE DO SUL**

Luciana Moro de Souza¹
Nelson José Thesing²
Darlan Ariel Prochnow³

RESUMO

As cooperativas agropecuárias são consideradas como agentes fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável. Para tanto, é essencial que estes empreendimentos apresentem viabilidade financeira, como forma de perenidade de suas atividades. Assim, o artigo tem, como objetivo principal, analisar o desempenho econômico e financeiro de duas cooperativas agropecuárias, localizadas no Noroeste do Rio Grande do Sul. O estudo contempla uma investigação de natureza aplicada, de abordagem quantitativa e descritiva. A coleta de dados conta com as demonstrações contábeis, no período de 2013 a 2019, para compreender o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Sobras e/ou Perdas, pelos cálculos e recálculos matemáticos, para, desta forma, obter os Índices econômico-financeiros. Os resultados mostram que, a partir dos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade, a situação financeira da cooperativa A é satisfatória em níveis de liquidez e rentabilidade. Em contrapartida, a cooperativa B apresentou situação preocupante em todos os índices calculados, situação que exige atenção de parte de seus dirigentes. Desta forma, tem-se presente um conjunto de informações, para a tomada de decisões coerentes com a situação financeira/econômica, evitando que se comprometa a perenidade do empreendimento cooperativo.

Palavras-chave: Cooperativismo Agropecuário. Indicadores de Desempenho. Perenidade.

¹Doutora em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Santo Ângelo. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: luciana.moro@unijui.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3838-4540>.

²Doutor em Integração Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Ijuí. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7123-0717>.

³Bacharel em Administração. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Ijuí. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: darlan.prochnow@sou.unijui.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3699-074X>.

ABSTRACT

Agricultural cooperatives are considered fundamental agents for sustainable rural development. Therefore, it is essential that these projects present financial viability, as a way of perpetuating their activities. Thus, the main objective of the article is to analyze the economic and financial performance of two agricultural cooperatives, located in the Northwest of Rio Grande do Sul. The study includes an investigation of an applied nature, with a quantitative and descriptive approach. Data collection relies on the financial statements, from 2013 to 2019, to understand the Balance Sheet and the Statement of Leftovers and/or Losses, through mathematical calculations and recalculations, in order to obtain the economic-financial indices. The results show that, from the indicators of liquidity, indebtedness and profitability, the financial situation of cooperative A is satisfactory in terms of liquidity and profitability. On the other hand, cooperative B presented a worrying situation in all the calculated indices, a situation that demands attention from part of its directors. In this way, a set of information is present for making decisions that are consistent with the financial/economic situation, preventing the perennality of the cooperative enterprise from being compromised.

Keywords: Agricultural Cooperativism. Performance indicators. Perennality.

RESUMEN

Las cooperativas agrarias se consideran agentes fundamentales para el desarrollo rural sostenible. Por lo tanto, es fundamental que estos proyectos presenten viabilidad financiera, como una forma de perpetuar sus actividades. Así, el objetivo principal del artículo es analizar el desempeño económico y financiero de dos cooperativas agrícolas, ubicadas en el Noroeste de Rio Grande do Sul. El estudio comprende una investigación de carácter aplicado, con un enfoque cuantitativo y descriptivo. La recolección de datos se apoya en los estados financieros, de 2013 a 2019, para comprender el Balance y el Estado de Sobrantes y/o Pérdidas, a través de cálculos y recálculos matemáticos, con el fin de obtener los índices económico-financieros. Los resultados muestran que, a partir de los indicadores de liquidez, endeudamiento y rentabilidad, la situación financiera de la cooperativa A es satisfactoria en cuanto a liquidez y rentabilidad. Por su parte, la cooperativa B presentó una situación preocupante en todos los índices calculados, situación que demanda atención por parte de sus directivos. De esta forma, se cuenta con un conjunto de informaciones para la toma de decisiones acordes con la situación económico-financiera, evitando que se comprometa la perennidad de la empresa cooperativa.

Palavras clave: Cooperativismo agrario. Indicadores de desempenho. Perennidad.

Como citar este artigo: SOUZA, Luciana Moro de; THESING, Nelson José; PROCHNOW, Darlan Ariel. Análise de desempenho econômico e financeiro em cooperativas do ramo agropecuário: um estudo na região noroeste do Rio Grande do Sul. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. 2 (Dossiê Cooperativismo), p. 199-216, 27 maio 2022. DOI: [https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.2\(DossieCooperativismo\).3640](https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.2(DossieCooperativismo).3640)

Artigo recebido em: 03/04/2021

Artigo aprovado em: 27/04/2022

Artigo publicado em: 27/05/2022

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo apresenta relevância no que diz respeito ao alcance do desenvolvimento regional e rural sustentável. Neste contexto, é possível determinar a influência do cooperativismo nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Como as Nações Unidas afirmaram, as interligações e a natureza integrada dos ODS são de importância crucial para garantir que o propósito da Agenda 2030 seja realizado. Essa capacidade do empreendimento cooperativo, em contemplar o desenvolvimento tanto econômico, quanto social e ambiental, parte tanto de seus princípios, quanto de suas finalidades, ao contar com objetivos que vão muito além do simples lucro financeiro (CASTILLA-POLO; SÁNCHEZ-HERNÁNDEZ, 2020; PROCHNOW *et al.*, 2022).

Para Ensslin *et al.* (2014), o movimento cooperativista, em especial as cooperativas agropecuárias, tem se consolidado há muitos anos no campo econômico e social do Brasil, por apresentar uma filosofia capaz de unir o bem-estar social, o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Desta forma, construir a gestão estratégica de cooperativas aponta a necessidade de uma reflexão sobre a sustentabilidade, em suas diferentes dimensões, econômica, social, ambiental, cultural e política/organizativa. Significa, desenvolver uma visão sistêmica, para que as cooperativas possam organizar tais dimensões de forma eficaz. Por isso, é fundamental buscar o equilíbrio, à padronização dos processos, viabilizando o negócio da cooperativa, aprimorando o seu relacionamento, e mantendo o controle administrativo (BÜTTENBENDER; BRIZOLLA; DEVES, 2020).

Portanto, para o controle administrativo, faz-se necessário contar com a análise econômico-financeira, que consiste em uma ferramenta que facilita a avaliação da cooperativa. A contabilidade é a linguagem dos negócios e as demonstrações contábeis são os canais de comunicação que nos geram dados e informações para determinar o desempenho e a saúde financeira de uma organização. A análise financeira necessita ter uma perspectiva total da organização, abrangendo a estratégia da cooperativa, suas decisões de investimento, de financiamento, bem como suas operações (SILVA, 2012).

Os indicadores de desempenho econômico e financeiro geram informações importantes para o monitoramento da gestão das cooperativas agropecuárias. Por meio da identificação dos principais indicadores espera-se facilitar aos cooperados a visualização do impacto das decisões administrativas no desempenho da cooperativa, ou seja, facilitar o acompanhamento e o monitoramento da gestão (CARVALHO; NETO, 2011).

Deste modo, a avaliação de desempenho nessas entidades representa uma ferramenta importante no sentido de identificar onde estão ocorrendo desalinhamento de atividades, quais aspectos podem ser melhorados, quais são as atividades consideradas mais importantes, em quais atividades os associados e a cooperativa devem investir esforços para obter melhores resultados e o nível de satisfação dessa parceria (ENSSLIN *et al.*, 2014).

Assim, o objetivo do estudo é analisar o desempenho de duas cooperativas agropecuárias, localizadas na região noroeste do Rio Grande do Sul, através de indicadores de desempenho econômico e financeiro. A estrutura do artigo contempla, para além desta Introdução, a Revisão de Literatura, que contempla o cooperativismo e o desenvolvimento regional, dos indicadores econômicos e financeiros em cooperativas agropecuárias. Em seguida

são apresentados os procedimentos Metodológicos da Pesquisa, a Análise e Discussão dos Resultados. Por fim, são destacadas as Considerações Finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento da região tem sido tema de preocupação e de relevância para todos os ramos do cooperativismo, ao longo da história. Tem-se presente que a questão regional é amplamente analisada à luz de diferentes contextos socioeconômicos e institucionais nas últimas décadas, bem como sob anuência de diferentes arcabouços metodológicos. No entanto, com o acirramento da competição, gera um ambiente extremamente complexo nas cooperativas, que enfrentam uma elevada concorrência, o que desafia as configurações organizacionais cooperativistas.

Assim, a busca do desenvolvimento, ao contar com a presença do movimento cooperativista, não significa que em seu interior, não se reproduzem as relações de competição. Esse processo de competição, não elimina a cooperação, bem como, não é só uma reprodução tipicamente capitalista, ao menos no horizonte das experiências em curso do cooperativismo no país. Neste sentido, o valor do cooperativismo no processo de criação de capital social é especialmente comentado devido às relações mais fortes entre os membros de uma cooperativa e suas ligações com a comunidade (CASTILLA-POLO; SÁNCHEZ-HERNÁNDEZ, 2020).

Portanto, a estratégia cooperativista contempla um ambiente de cooperação e competição, que no entender de Brandenburger e Nalebuff (1996), permite indicar o termo “coopetição”, uma combinação entre cooperação e competição, um modo de pensar simultaneamente, onde o conceito trabalha com base na ideia de que um negócio, que apresenta um jogo, onde em alguns momentos a cooperativa compete (disputa espaço no mercado) e, em outros, se coopera (campo associativo, a união dos sócios), onde a estrutura cooperativa passa a ser um instrumento de organização dos associados, para sua inserção no mercado de forma coletiva. Significa, a presença da competição e cooperação em um movimento estratégico para os empreendimentos cooperativos, que necessitam gerar uma inteligência coletiva, redimensionar a transformação social, em um novo modo de produção, no processo de desenvolvimento sustentável.

No entender de Frantz (1985) o cooperativismo é uma organização, não de capitais e sim de pessoas, que se propõem e buscam uma economia alicerçada nos componentes de sua associação, isto é, na perspectiva de sua racionalidade econômica de suas economias individuais. De acordo com Figueiredo (2009), o empreendimento cooperativo deve ser gerido democraticamente, por membros comprometidos e conscientes de seus direitos e deveres, tendo como pilares os princípios do cooperativismo: (1) Adesão Voluntária e Livre; (2) Gestão Democrática; (3) Participação Econômica dos Membros; (4) Autonomia e Independência; (5) Educação, Formação e Informação; (6) Intercooperação e (7) Interesse pela Comunidade. Para além, destaca Thesing (2015), o movimento cooperativista, não aceita a discriminação social, racial, política, religiosa e de sexo. Ainda, as cooperativas atuam para o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas, coma a aprovação das diretrizes pelo quadro associativo.

Por consequente, os avanços no campo do desenvolvimento no sistema cooperativista no Brasil, receberam contribuições do movimento histórico mundial. Ainda, conta com a contribuição jurídica, Lei 5.764/71, que autoriza o funcionamento das cooperativas e define a Política Nacional Cooperativista Brasileira. Mais recente com a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 74, §2º, apoia e estimula o sistema cooperativista. A partir deste momento, a legislação passa a apoiar o cooperativismo, como sendo um ambiente eficaz para a redução do desemprego e geração de renda, o que auxilia no processo de desenvolvimento (BRASIL, 1971).

Desta maneira, as práticas cooperativistas não são experiências recentes em nosso país. O cooperativismo foi instituído por lei, à cooperativa cabe “o exercício da atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro” (BRASIL, 1971). Esse conjunto de atividades econômicas, que contemplam a produção, distribuição, consumo, crédito, organizado sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva, pela participação democrática, organizada em cooperativas, centrais, federações, como instrumentos que possam possibilitar para com o desenvolvimento nas dimensões econômica, social e ambiental.

Em vista disso, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB, 2018), destaca que seria difícil encontrar um sistema mais eficaz do que o cooperativo, para encorajar e estimular a participação ativa das populações, na realização de programas de desenvolvimento. Portanto, as estatísticas brasileiras apontam números significativos de associados e empreendimentos cooperativos que contribuem no processo do desenvolvimento em diferentes regiões do país, contemplando as dimensões econômicas, sociais e políticas.

Logo, as investigações sobre a temática do desenvolvimento e da cooperação estão presentes no mundo acadêmico, nas organizações cooperativistas, nas instâncias governamentais, porém necessitam de um maior amadurecimento, para alcançar um consenso na sociedade, frente às várias interpretações, sejam científicas ou somente práticas sociais, econômicas, culturais e políticas. No entender de Boisier (2000) existe uma complexidade no conceito de desenvolvimento e em sua natureza utópica, bem como nos diversos adjetivos atribuídos ao termo, tais como: territorial, regional, local, endógeno, de cima para baixo e de baixo para cima.

Ainda, nos estudos de Boisier (2000), a ideia de desenvolvimento, parte do pressuposto de que o sistema produtivo local, poderá contar com a presença do cooperativismo, com investimentos concretizados pelos empreendimento cooperativados, mas que necessitam de um olhar científico para verificar a sua organização, como práxis de movimento autônomo, que ultrapassa a visão instrumental e tecnológica e que dialogam com o mundo associativo, ao oportunizar relações sociais complexas, em um espaço de poder, para conquistar mercados e contribuir com o desenvolvimento local.

Por isso, do ponto de vista da organização política, as ações a serem efetivadas nas cooperativas, necessitam de um amplo campo de alianças estratégicas (capital humano, da capacidade empresarial, dos mercados das cadeias de produção). Deste modo, é aconselhado que as iniciativas cooperativistas devem contar com a capacidade de concertação, indicando a presença e o comprometimento dos associados, de suas organizações: em nível estadual (Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul); em nível nacional (Organização das Cooperativas Brasileiras), em nível continental (Aliança Cooperativa Internacional).

Portanto, para que as cooperativas cultivem uma posição competitiva no mercado, as organizações cooperativas necessitam, além da revisão de seus processos e estratégias, a adoção de estruturas organizacionais apropriadas aos objetivos da organização e às condições do seu ambiente. Isto se deve ao fato de as crescentes mudanças econômicas, políticas, sociais e ambientais no cenário atual exigirem revisão das estratégias de modo a adequá-las ao atual ambiente turbulento e mutável. As organizações que adotam uma postura burocrática já não conseguem responder adequadamente aos novos desafios que vêm sendo progressivamente formados ao longo dos anos. Assim, é preciso que novas estruturas organizacionais sejam gradativamente configuradas, considerando esta nova realidade cada vez mais presente. Nesse sentido, a busca constante pelo aperfeiçoamento de suas operações, visando tornarem-se mais competitivas frente ao mercado, força que as cooperativas, de maneira especial as cooperativas agropecuárias, utilizem ferramentas de gestão que auxiliem na quantificação de sua eficiência, mas mais que isso, que proponha sugestões de melhorias para as organizações (DINIZ *et al.*, 2009).

Büttenbender, Brizolla e Deves (2020), defendem o aprimoramento e o controle administrativo das cooperativas, como forma de manutenção de suas funções econômicas e sociais. Para facilitar o controle gerencial, são necessários os indicadores econômicos e financeiros, contemplados no próximo item.

2.2 INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

A maximização de resultados financeiros e de prestação de serviços ao associado passou a ser um imperativo para a sobrevivência dos empreendimentos cooperativos. A necessidade de redução de custos e de capitalização a custos menores tornou-se fator decisivo, que exige um grande esforço por parte dos gestores das cooperativas agropecuárias (CARVALHO; NETO, 2011). Significa, a busca de alternativas menos onerosas de financiar suas atividades e, conseqüentemente, a necessidade de acompanhar e avaliar seu desempenho, não só por parte dos cooperados, mas também dos credores e demais interessados (CARVALHO; NETO, 2011). Do mesmo modo, os gestores devem gerenciar as obrigações (dívidas), de modo a proteger os ativos do empreendimento cooperativo (POKHAREL *et al.*, 2019).

Portanto, a gestão dos empreendimentos cooperativados, necessita trabalhar as Demonstrações Contábeis, que no entender de Bruni (2014), é uma análise realizada para mensurar riscos de créditos e potenciais de clientes; julgar o desempenho esperado das organizações ou monitorar o progresso da organização em alcançar os objetivos desejados, ou seja, compreender a situação econômico-financeira da organização. O Balanço Patrimonial, conforme a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T 10.8, no item 10.8.3, menciona que o Balanço Patrimonial das organizações cooperativas deve evidenciar os componentes patrimoniais, de modo a possibilitar aos seus usuários a adequada interpretação das suas posições patrimonial e financeira” (CFC, 2020).

A Demonstração do Resultado do Exercício, em organizações cooperativas, a NBC T 3.3 altera para Demonstração de Sobras ou Perdas, a qual deve evidenciar, separadamente, a composição do resultado de determinado período, considerando os ingressos diminuídos dos dispêndios e do ato cooperativo, e das receitas, custos e despesas do ato não cooperativo,

demonstrados segregadamente por produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela entidade cooperativa (CFC, 2020).

Os indicadores selecionados para complementar a análise dos objetivos propostos, foram os Indicadores de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade, considerando que os Indicadores de Liquidez permitem avaliar a capacidade de a cooperativa atender os compromissos assumidos e também revelam o equilíbrio financeiro e a necessidade de investimento em capital de giro.

Os Indicadores de Liquidez demonstram a solvência ou a capacidade que a cooperativa possui para o pagamento de suas obrigações. Ainda, revelam o equilíbrio financeiro e a necessidade de investimento em capital de giro (BRUNI, 2011). Almeida (2019), aponta quatro Índices de Liquidez que geralmente são utilizados pelos analistas: Liquidez Imediata; Liquidez Seca; Liquidez Corrente e Liquidez Geral e ressalta que, estes índices são considerados satisfatórios quando a empresa alcança um resultado acima de 1,00.

Individualmente, demonstra-se no quadro 1, a interpretação de cada um dos índices de liquidez, bem como a fórmula utilizada para obter o resultado a partir dos dados do Balanço Patrimonial.

Quadro 1 – Índices de liquidez

Índice	Representação	Fórmula
Liquidez Imediata	Representa o valor que a empresa possui disponível para cobrir as suas dívidas de curto prazo.	$LI = (\text{Disponibilidade}) / (\text{PC})$
Liquidez Seca	Representa quanto a empresa possui a realizar no curto prazo, sem depender da venda dos estoques, para cada real de obrigações a curto prazo.	$LS = (\text{AC} - \text{Estoques}) / (\text{PC})$
Liquidez Geral	Representa quanto a empresa possui de ativos circulantes e ativos realizáveis a longo prazo para cada um real da dívida total.	$LG = (\text{AC} + \text{ARLP}) / (\text{PC} + \text{PNC})$
Liquidez Corrente	Representa a capacidade que a empresa tem de liquidar os seus compromissos de curto prazo.	$LC = (\text{AC}) / (\text{PC})$

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Bruni (2014).

O quadro 1, demonstra a representação dos Índices de Liquidez na visão de Bruni (2014), no entanto descreve-se na sequência a visão de Almeida (2019), dos respectivos indicadores. A Liquidez Imediata, Almeida (2019, p. 125), descreve que: “Esse índice indica quanto a entidade possui de recursos disponíveis de imediato para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante”. Liquidez Seca, indica quanto a entidade possui de Ativos Líquidos para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante, ou seja, dívidas com vencimento de até doze meses após a data do Balanço Patrimonial, na contextualização de Almeida (2019). O Índice de Liquidez Geral, como próprio nome apresenta “geral”, Almeida (2019, p. 126), descreve que: “Esse índice indica quanto a entidade possui de Ativos Circulantes e Ativos Realizáveis a Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total (dívidas de curto e de longo prazos)”.

E, o Índice de Liquidez Corrente, na visão de Almeida (2019, p. 132), “índice indica quanto a entidade possui de Ativos Circulantes para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante (dívidas com vencimento de até doze meses após a data do Balanço Patrimonial)”. Assim como os

Indicadores de Liquidez, apresenta-se os Indicadores de Endividamento, visto que, demonstram o grau de segurança que a cooperativa oferece aos seus credores para a liquidação de suas obrigações. Esta segurança é demonstrada através das diversas comparações do Patrimônio Líquido com o Passivo da Empresa (BASSO; FILIPIN; ENDERLI, 2015).

Os principais Índices de Endividamento, citados pelo autor Bruni (2011), são Participação de Capitais de Terceiros, Composição do Endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido. A representatividade destes índices, demonstra-se no quadro 2.

Quadro 2 – Índices de endividamento

Índice	Representação	Fórmula
Participação de Capitais de Terceiros	Representa a relação entre os recursos colocados por terceiros e investimentos realizados pelos sócios.	$PCT = CT / PL$
Composição do Endividamento	Representa o percentual de endividamento concentrado no curto prazo.	$CE = (PC) / (CT)$
Imobilização do Patrimônio Líquido	Representa quanto dos seus recursos próprios está aplicado no ativo imobilizado.	$IPL = (AI) / (PL)$

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Bruni (2014).

Almeida (2019), destaca que os Indicadores de Endividamento, indicam quanto menor o percentual, melhor será visto que, o Passivo Circulante pressiona mais a liquidez da entidade, em função do seu vencimento, em até 12 meses, após a data do Balanço Patrimonial.

A Análise das Demonstrações Contábeis, sob o ponto de vista da Liquidez e Endividamento possuem o objetivo extrair informações de ordem financeira e patrimonial da cooperativa, com a finalidade de atender as demandas do empreendimento, garantindo a sua continuidade, com o devido acompanhamento dos administradores.

Assim, o desempenho econômico das cooperativas, é possível verificar a partir dos Índices de Rentabilidade, extraídos dos resultados apresentados no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Sobras ou Perdas do Exercício. Os Índices de Rentabilidade, visam analisar os lucros apurados pela entidade de forma relativa, geralmente analisados em relação aos investimentos feitos pelo conjunto de fornecedores de capital ou apenas pelos sócios (BRUNI, 2011).

O estudo da Rentabilidade é possível quando a cooperativa apresenta resultado positivo ao final do período contábil, considerando que, se há prejuízo, não há remunerações, ou seja, somente perda do capital investido. Os Indicadores de Rentabilidade, quanto maior e crescentes forem, melhor serão considerados os respectivos Indicadores. (BASSO; FILIPIN; ENDERLI, 2015). Os Indicadores de Rentabilidade, contemplados neste estudo: Rentabilidade do Capital Social, Rentabilidade do Patrimônio Líquido e Remuneração do Ativo Total.

Índice de Rentabilidade do Capital Social, que é conceituado por Reis (2003, p. 163), como “um indicador que mede o quanto o acionista receberá em cada unidade monetária que investiu na empresa”.

O Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido, conforme Assaf Neto (2012, p. 285), menciona que: “fornece o ganho auferido pelos proprietários como uma consequência das margens de lucro”. E, o Índice de Remuneração do Ativo Total, é conceituado por Assaf Neto (2012), como a forma de verificar enquanto a entidade conseguiu remunerar seus ativos.

O quadro 3, demonstra as fórmulas para extrair os dados de Rentabilidade das Demonstrações Contábeis.

Quadro 3 – Índices de rentabilidade

Índice	Representação	Fórmula
Índice de Rentabilidade do Capital Social	Analisa a proporção de Lucro Líquido com o Capital Social realizado da Organização.	$IRCS = \frac{LLE}{CS}$
Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido	Demonstra quanto a organização remunerou o seu capital próprio no período analisado.	$IRPL = \frac{LL}{PL}$
Índice de Remuneração do Ativo Total	Verifica o quanto a entidade remunerou seus ativos.	$IRAT = \frac{LL}{AT}$

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Reis (2003) e Assaf Neto (2012).

A pesquisa conta com o suporte dos Indicadores de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade para visualizar a situação patrimonial e econômica das cooperativas, objeto da pesquisa, e analisar a contribuição das práticas de governança cooperativa nos resultados obtidos.

3 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado em duas cooperativas agropecuárias, localizadas na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, escolhidas por acessibilidade e pelas suas semelhanças. Ambas as cooperativas foram fundadas na década de 1950 e, por atuarem na mesma região do estado, enfrentam condições climáticas e mercadológicas semelhantes. A coleta de dados conta com as Demonstrações Contábeis das cooperativas, do período de 2013 a 2019. Para fins deste estudo, as cooperativas são denominadas de cooperativas “A” e “B”, visto recomendação, por parte de seus dirigentes, em preservar a identidade das mesmas.

Significa que a efetivação dos dados, se materializaram nas demonstrações contábeis das duas cooperativas, mais especificamente no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Sobras e/ou Perdas. O Balanço Patrimonial apresenta todos os ativos e passivos operacionais e financeiros de um determinado período, retratando, deste modo, a realidade financeira de uma determinada organização. Já a Demonstração de Sobras e/ou Perdas demonstra o resultado financeiro líquido do período, obtido através do somatório das receitas e despesas (PEREIRA, 2018). As demonstrações contábeis foram tratadas por cálculos e recálculos matemáticos, para a obtenção dos índices econômico-financeiros, conforme Bruni (2011), Almeida (2019), Carvalho e Neto (2011), Basso; Filipin; Enderli (2015). Ainda, Büttgenbender, Brizolla e Deves (2020), defendem o aprimoramento e o controle administrativo das cooperativas.

Os Índices de Liquidez são tratados com base em Bruni (2011), para avaliar a solvência ou a capacidade que a cooperativa possui de honrar com os seus compromissos financeiros, e são divididos em Liquidez Imediata, Liquidez Seca, Liquidez Corrente e Liquidez Geral. Estes Indicadores, para serem considerados satisfatórios, em Bruni (2011), indicam que resultados satisfatórios, após aplicação das fórmulas nas Demonstrações Contábeis, devem estar acima de 1,00 (um).

Os Indicadores de Endividamento, para Bruni (2011), possuem como objetivo analisar como está o relacionamento da cooperativa com terceiros, identificando o endividamento. Estes indicadores são considerados de muita importância para as cooperativas, pois demonstram a capacidade de pagamento das dívidas. Os principais Índices que demonstram o Endividamento da cooperativa são: Participação de Capitais de Terceiros, Composição do Endividamento e Imobilização do Patrimônio Líquido da cooperativa. Este índice é baseado em 1,00 e do tipo “quanto maior, pior”.

Quanto ao índice de Rentabilidade, Bruni (2011) e Marion (2012) ressaltam que esse índice é baseado em 1,00, e deve ser interpretado como “quanto maior, melhor”. Os Indicadores de Rentabilidade calculados nesta pesquisa foram: Rentabilidade do Capital Social, Rentabilidade do Patrimônio Líquido e Remuneração do Ativo Total.

Por fim, para além das orientações desenvolvidas pelo conjunto dos autores elencados no parágrafo acima, destaca-se que, as Demonstrações Contábeis, por sua vez, foram calculadas pelo *Software Microsoft Excel*. Assim, a pesquisa é de natureza aplicada (GIL, 2014). Deste modo, têm-se presente a abordagem quantitativa (MINAYO, 2011), que contou com cálculos matemáticos para análise das Demonstrações Contábeis das cooperativas, do período de 2014 a 2019.

4 RESULTADOS

4.1 ANÁLISE POR INDICADORES FINANCEIROS E ECONÔMICOS

A Análise das Demonstrações Contábeis, a partir dos Indicadores de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade, teve como objetivo central extrair informações de ordem econômica e financeira das cooperativas. Essa prática conta com o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Sobras ou Perdas das Cooperativas.

4.1.1 Indicadores de Liquidez

O quadro 4, apresenta os resultados dos Indicadores de Liquidez da cooperativa A.

Quadro 4 – Indicadores de Liquidez Cooperativa A

Indicadores	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Liquidez Imediata	0,33	0,13	0,20	0,16	0,19	0,23	0,27
Liquidez Seca	1,14	1,06	0,99	0,97	1,12	1,12	0,95
Liquidez Geral	1,18	1,26	1,42	1,40	1,45	1,39	1,31
Liquidez Corrente	1,71	1,74	1,75	1,68	1,69	1,70	1,52

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados fornecidos pela cooperativa A.

O quadro 5, demonstra os resultados dos Indicadores de Liquidez da cooperativa B.

Quadro 5 – Indicadores de Liquidez Cooperativa B

Indicadores	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Liquidez Imediata	0,16	0,13	0,19	0,12	0,26	0,19	0,13
Liquidez Seca	0,45	0,61	0,67	0,47	0,52	0,66	0,55
Liquidez Geral	0,71	0,78	0,77	0,82	0,80	0,92	0,89
Liquidez Corrente	0,95	1,03	0,96	0,91	0,89	0,98	0,97

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados fornecidos pela cooperativa B.

Assim, cada um dos Índices possui uma particularidade, ou seja, o Índice de Liquidez Imediata é voltado à capacidade disponível que a cooperativa possui para liquidar as dívidas em curto prazo (BRUNI, 2011), e, para chegar a este resultado, dividem-se as disponibilidades da cooperativa pelo total do Ativo Circulante.

Os Indicadores de Liquidez Imediata, apresentados no Quadro 4, não apresentam resultados satisfatórios na cooperativa A, no entendimento de Bruni (2011), pois demonstram que, no período de análise, o ano de 2013 atingiu o valor mais alto, de 0,33, não chegando a 50 % do valor desejável.

Almeida (2019) destaca que esse índice descreve quanto a organização possui de recursos disponíveis imediatos para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante. No entanto, a cooperativa 1, para cada R\$ 1,00 de dívida, possui de recursos disponíveis imediatos, em 2013, R\$ 0,33; em 2014, R\$ 0,13; em 2015, R\$ 0,20; em 2016, R\$ 0,16; em 2017, R\$ 0,19; em 2018, R\$ 0,23, e em 2019, R\$ 0,27.

O Quadro 5 demonstra a Liquidez Imediata da cooperativa B. Para cada R\$ 1,00 de dívida, possui de recursos disponíveis imediatos, em 2013, R\$ 0,16; em 2014, R\$ 0,13; em 2015, R\$ 0,19; em 2016, R\$ 0,12; em 2017, R\$ 0,26; em 2018, R\$ 0,19; e, em 2019, R\$ 0,13.

Deste modo, a cooperativa B não possui recursos imediatos para cobrir suas dívidas no período analisado. Almeida (2019, p. 129) destaca que “essa política pode impactar em problemas sérios de liquidez para essa entidade, podendo inclusive vir a causar situação de recuperação judicial”.

Tendo como referência Bruni (2011), não são resultados considerados satisfatórios para a cooperativa, e, utilizando a base (um), os valores estão distantes de atingir um nível positivo na cooperativa neste quesito de Liquidez Imediata. Outro ponto que se observa é que este índice se mantém instável no período analisado, demonstrando uma pequena melhora apenas no ano de 2017.

Prosseguindo nas Análises de Liquidez, ressalta-se que a Liquidez Seca, na cooperativa A, apresentada no Quadro 4 demonstra que, nos anos de 2013, 2014, 2017 e 2018, atinge

resultados satisfatórios; todavia, nos anos de 2015, 2016 e 2019, o valor está muito próximo de 1,00, ou seja, referência considerada favorável por Bruni (2011).

Embora a cooperativa A esteja com valores satisfatórios do ponto de vista da Liquidez Seca, ressalta-se que existem outras rubricas no Ativo Circulante que não são consideradas de Liquidez Imediata, como, por exemplo, recebimento de associados, clientes. No entanto, nota-se a ausência de orientações destacando a importância de analisar os resultados das cooperativas do ponto de vista dos indicadores, visando à perenidade do empreendimento cooperativo.

A Liquidez Seca da cooperativa B, apresentada no quadro 5, demonstra que os valores não atingem o resultado de 1,00 considerada referência satisfatória pelas orientações de Bruni (2011).

O Índice de Liquidez Geral, que de acordo com Almeida (2019), demonstra quanto a empresa possui de Ativos Circulantes e Ativos Realizáveis a Longo Prazo para cada real de dívida existente na cooperativa. A Liquidez Geral é calculada a partir do Ativo Circulante e Ativo Realizável a Longo Prazo, e do Passivo Circulante e Passivo Não Circulante.

A Liquidez Geral da cooperativa A, apresentada no Quadro 4 atingem os níveis considerados desejáveis, ou seja, todos os valores excedem a 1 (um), referência considerada satisfatória por Bruni (2011), todavia, a Liquidez Geral da cooperativa B não atinge níveis desejáveis, em nenhum dos períodos de análises, conforme apresenta-se no Quadro 5. Ressalta-se que, embora as práticas de governança estejam presentes nas cooperativas, os resultados demonstram que precisam de atenção, visando à perenidade dos empreendimentos.

Embora os valores não distanciem significativamente de 1 (um), valor desejável, não significa que não mereçam atenção para atitudes voltadas à busca de valores satisfatórios, visando à perenidade das cooperativas.

A Liquidez Corrente é demonstrada pela capacidade de pagamento a curto prazo das cooperativas, uma vez que divide o Ativo Circulante pelo Passivo Circulante. Para este índice, assim como os demais de Liquidez, Bruni (2011) considera o valor 1 (um) como referência para resultados em nível satisfatório. Outrossim, na cooperativa A, no período analisado todos estão classificados como satisfatórios, ou seja, a capacidade para pagamento a curto prazo não levaria a cooperativa a situações desconfortáveis financeiramente.

Na cooperativa B, a situação de Liquidez Corrente está apresentada satisfatoriamente apenas no ano de 2014; todavia, nos demais períodos analisados, 2013, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, os valores aproxima-se do nível considerado favorável de Bruni (2011).

Embora os valores aproximem-se de 1,00, referência considerada satisfatória pelos autores, destaca-se que o ideal para a cooperativa é trabalhar para atingir valores maiores, a fim de garantir mais segurança para o empreendimento. Com o Índice de Liquidez Corrente, finalizaram-se os cálculos de Liquidez das cooperativas.

Resumindo os Indicadores de Liquidez da cooperativa A, nota-se no Quadro 4, que a Liquidez Imediata, no período de 2013 a 2019, não atingiu o nível favorável; a Liquidez Seca o atingiu no período de 2013, 2014, 2017 e 2018; a Liquidez Geral e Liquidez Corrente atingiram valores favoráveis no período de 2013 a 2019. Na cooperativa B, o Quadro 5 demonstra que, apenas a Liquidez Corrente, no período de 2014, atingiu nível favorável.

Após a análise dos Indicadores de Liquidez, a pesquisa busca demonstrar no período analisado os Índices de Endividamento das cooperativas.

4.1.2 Indicadores de Endividamento

Os resultados dos Indicadores de Endividamento das cooperativas, objeto do estudo apresentam-se nos quadros 6 e 7.

Quadro 6 – Indicadores de Endividamento Cooperativa A

Indicadores	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Participação de Capital de Terceiros	1,49	1,50	1,11	1,14	1,08	1,34	1,51
Composição do Endividamento	0,56	0,61	0,76	0,83	0,85	0,81	0,86
Imobilização do PL	0,61	0,56	0,51	0,51	0,47	0,45	0,52

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados fornecidos pela cooperativa A.

Quadro 7 – Indicadores de Endividamento Cooperativa B

Indicadores	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Participação de Capital de Terceiros	1,86	1,93	2,08	2,24	2,36	2,09	2,00
Composição do Endividamento	0,63	0,64	0,61	0,70	0,83	0,85	0,87
Imobilização do PL	1,32	1,22	1,27	1,22	1,25	0,99	1,08

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados fornecidos pela cooperativa B.

O primeiro Índice de Endividamento, representado pela Participação de Capitais de Terceiros sobre Capitais Próprios, em Bruni (2011, p. 153), é assim definido: “a participação de capitais de terceiros sobre capitais próprios indica a relação entre os recursos colocados por terceiros e investimentos feitos pelos sócios”.

Para Marion (2012), sobre o Índice de Participação de Capitais de Terceiros, quanto menor o resultado, melhor para a cooperativa, pois reduz a dependência de capital de terceiros. Ainda, para o autor, o que ultrapassar de 1,00 o capital de terceiros em relação ao capital próprio torna a cooperativa vulnerável em qualquer acontecimento. Assim, nota-se nos quadros 6 e 7 que ambas as cooperativas apresentam o Índice de Participação de Capitais de Terceiros acima do nível considerado satisfatório conforme entendimento do autor Marion (2012).

No caso da cooperativa A, para cada R\$ 1,00 de capitais próprios (Patrimônio Líquido), a entidade tem capitais de terceiros (Passivo Circulante e Passivo Não Circulante) de R\$ 1,49 em 2013, R\$ 1,50 em 2014, R\$ 1,11 em 2015, R\$ 1,14 em 2016, R\$ 1,08 em 2017, R\$ 1,34 em 2018 e R\$ 1,51 em 2019.

Na cooperativa B, para cada R\$ 1,00 de Capitais Próprios (Patrimônio Líquido), a entidade tem capitais de terceiros (Passivo Circulante e Passivo Não Circulante) de R\$ 1,86 em 2013, R\$1,93 em 2014, R\$ 2,08 em 2015, R\$ 2,24 em 2016, R\$ 2,36 em 2017, R\$ 2,09 em 2018 e R\$ 2,00 em 2019.

Na sequência dos cálculos de Participação de Capital de Terceiros, prossegue-se a pesquisa apresentando os Índices de Composição do Endividamento, calculado a partir da divisão do Passivo Circulante com os Capitais de Terceiro. O Índice de Composição do

Endividamento (BRUNI, 2011) apresenta a possibilidade em demonstrar o percentual de Endividamento que a cooperativa possui a curto prazo.

Nota-se que os Índices de Composição de Endividamento, apresentados nos Quadros 6 e 7, em ambas as cooperativas estão apresentando valores satisfatórios, visto que Bruni (2011), classifica que quanto menor que 1 (um) melhor será o indicador para a cooperativa.

Ressalta-se que, embora considerados satisfatórios os indicadores, torna-se importante salientar que os indicadores estão aumentando gradativamente no período analisado, em ambas as cooperativas. Neste sentido, ambas as cooperativas, através de seus dirigentes, devem buscar alternativas menos onerosas para financiar suas atividades e, conseqüentemente, a necessidade de acompanhar e avaliar seu desempenho, não só por parte dos cooperados, mas também dos credores e demais *stakeholders* (CARVALHO; BIALOSKORSKI NETO, 2011).

Almeida (2019) destaca que o entendimento é que, quanto menor o percentual, melhor, no caso da Composição do Endividamento, visto que geralmente o Passivo Circulante pressiona mais a liquidez da entidade, em função do seu vencimento em até 12 meses após a data do Balanço Patrimonial.

Findando os cálculos dos Índices de Endividamento, apresentam-se os Indicadores de Imobilização do Patrimônio Líquido. Os índices de Imobilização do Patrimônio Líquido, na cooperativa A, apresentam os recursos próprios que estão aplicados no Ativo Imobilizado. A cooperativa A está atingindo níveis considerados satisfatórios, uma vez que estão menores que 1,00 (um).

Na cooperativa B, os Índices de Imobilização do Patrimônio Líquido demonstrados no Quadro 7, identifica-se que somente no exercício de 2018 os índices estão menores que 1,00 (um), sendo 0,99. Neste contexto, destaca-se a abordagem da Auditoria Externa na entrevista, que deixa evidente a preocupação com o grau de risco que deve ser mensurado e trabalhado pelas cooperativas.

Destaca-se que a Composição do Endividamento na Cooperativa A, está aumentando anualmente e o Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido encontra-se no nível desejável nos períodos analisados.

Na cooperativa B, salienta-se que a Participação de Capitais de Terceiros e Imobilização do Patrimônio Líquido (exceto período de 2018, com 0,99), nos períodos analisados, não são favoráveis à cooperativa, e a Composição do Endividamento, embora encontre-se em nível satisfatório, apresenta aumento anualmente.

4.1.3 Indicadores de Rentabilidade

Após apresentação dos Índices de Endividamento, busca-se pela pesquisa a análise dos Índices de Rentabilidade, que avaliam o desempenho econômico da cooperativa. Para a realização dos cálculos, são extraídos dados do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Sobras e Perdas do Exercício. Nas cooperativas objeto da pesquisa os valores desses Indicadores de Rentabilidade, apresentam-se nos quadros 8 e 9.

Quadro 8 – Indicadores de Rentabilidade Cooperativa A

Indicadores	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Rentabilidade Capital Social	0,83	0,91	1,18	0,82	0,75	0,97	0,78
Rentabilidade do PL	0,06	0,05	0,05	0,04	0,03	0,04	0,03
Remuneração do Ativo	0,02	0,02	0,03	0,02	0,02	0,02	0,01

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados fornecidos pela cooperativa A.

Quadro 9 – Indicadores de Rentabilidade Cooperativa B

Indicadores	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Rentabilidade do Capital Social	0,18	0,04	0,00	0,00	0,00	0,19	1,06
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,03
Remuneração do Ativo Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados fornecidos pela cooperativa B.

O Índice de Rentabilidade do Capital Social demonstra o quanto a cooperativa está remunerando o Capital Social que foi investido pelos associados. A cooperativa A, no período analisado, apresenta a melhor remuneração no ano de 2015, onde o valor ultrapassou o valor investido pelos sócios, considerando 1,18, demonstrado no Quadro 8.

Na cooperativa B, demonstra-se que apenas no exercício de 2019 o resultado apresenta-se satisfatório; todavia, nos períodos de 2015, 2016 e 2017, os valores chegaram a zero, conforme demonstra o Quadro 9. Estes resultados ligam o alerta para os gestores da respectiva cooperativa, embora no ano de 2019 tenha havido uma reação positiva. Neste sentido, Büttendender, Brizolla e Deves (2020) defendem o aprimoramento da gestão das cooperativas, como forma de manutenção e aprimoramento de processos fundamentais para o seu sucesso.

Do ponto de vista da Rentabilidade do Patrimônio Líquido, a cooperativa A demonstra valores muito baixos, no Quadro 8, considerando que este índice relaciona as Sobras Líquidas do ponto de vista do retorno ao associado, referente aos recursos próprios investidos.

O Quadro 9 apresenta a Rentabilidade do Patrimônio Líquido da cooperativa B, que também, assim como a cooperativa A, demonstra valores insatisfatórios, chegando nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017 a zero.

E, concluindo os Índices de Rentabilidade, demonstram-se os Indicadores de Remuneração do Ativo Total das cooperativas, que, conforme Assaf Neto (2012), demonstram em quanto a cooperativa remunerou seus ativos a partir do Lucro Líquido.

Este indicador demonstra quanto a organização remunerou seus ativos, relacionando as Sobras Líquidas sobre o Ativo Total. Com relação à Sobra Líquida do Exercício, não houve a mesma evolução, conforme demonstrou-se nos Quadros 8 e 9, em ambas as cooperativas.

Na cooperativa A, a média da remuneração dos ativos com relação às Sobras Líquidas foi de 0,02, demonstrada no Quadro 8. Quanto à cooperativa B, visualiza-se no quadro 9 que praticamente no período analisado não houve remuneração do Ativo Total, exceto no ano de 2019, no qual, embora baixo o valor, obteve-se retorno. No Ativo, encontram-se todas as aplicações de recursos realizadas pela cooperativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi analisar o desempenho econômico e financeiro de duas cooperativas agropecuárias, localizadas no Noroeste do Rio Grande do Sul.

Neste aspecto, buscou-se visualizar a situação dos Indicadores nas cooperativas agropecuárias objeto da pesquisa, considerando que podem ser utilizados para o acompanhamento da situação econômica e financeira, possibilitando aos representantes da cooperativa tomarem decisões que influenciarão no futuro do empreendimento cooperativo.

Primeiramente, foram analisados os índices de Liquidez nas cooperativas. A Liquidez Geral da cooperativa A atinge os níveis considerados desejáveis, ou seja, todos os valores excedem a 1 (um). A Liquidez Geral da cooperativa B não atinge níveis desejáveis, em nenhum dos períodos de análises. Os resultados demonstram que a cooperativa 2 precisa de atenção, visando à perenidade do empreendimento.

Do ponto de vista do Endividamento, os resultados obtidos não foram identificados como satisfatórios, um índice que, quanto menor, melhor, considerando que ele representa os compromissos que a cooperativa possui. O nível ideal seria que nenhum desses índices ultrapasse 1,00, e a pesquisa demonstrou que as cooperativas A e B possuem índices insatisfatórios. A Participação de Capitais de Terceiros demonstrou que ambas as cooperativas possuem valor maior com terceiros do que possuem em seu capital próprio.

Em relação aos Índices de Rentabilidade, estes envolvem os cálculos dados do Balanço Patrimonial à Demonstração de Sobras e Perdas. Nesta situação a cooperativa A demonstrou níveis satisfatórios; todavia, a cooperativa B não atingiu esses níveis, apresentando inclusive resultados negativos.

Ressalta-se que decisões sem informações podem levar as cooperativas a enfrentar situações de dificuldades financeiras de difícil recuperação – um processo presente em muitas cooperativas no Rio Grande do Sul. Este estudo, demonstra que a partir da Análise das Demonstrações Contábeis, com foco nos indicadores financeiros e econômicos, os gestores das cooperativas, bem como seus cooperados, podem acompanhar os resultados e tomar decisões coerentes com a situação financeira/econômica da cooperativa, evitando que, comprometa a perenidade do empreendimento cooperativo.

Portanto, ao contar com os resultados dos Indicadores, para tomada de decisões, os índices obtidos podem contribuir de forma significativa, para a perenidade dos empreendimentos cooperativos, considerando a análise mensal dos resultados financeiros e econômicos, visando auxiliar os gestores em decisões coerentes com os resultados financeiros, o que, poderá evitar decisões que levassem a situações delicadas financeiramente, evitando assim, que as cooperativas agropecuárias ingressassem em processo de liquidação.

Por fim, como possibilidade de novas pesquisas, sugere-se a realização de estudos que verificam indicadores de viabilidade em outros ramos do cooperativismo, além do agropecuário, para compreender os resultados econômico/financeiros/sociais, na busca da perenidade das sociedades cooperativas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. **Análise das demonstrações contábeis em IFRS e CPC: facilitada e sistematizada.** São Paulo: Atlas, 2019.
- ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BASSO, I.P.; FILIPIN, R.; ENDERLI, S. M. **Estrutura, análise e interpretação de demonstrações contábeis.** Ijuí, RS: Unijuí, 2015.
- BOISIER, S. Desarrollo (local): de que estamos hablando? In: BECKER, D.: BANDEIRA, P. S. F. **Desenvolvimento local e regional: determinantes e desafios contemporâneos.** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2000.
- BRANDENBURGER, A; NALEBUFF, B. **Co-opetição.** São Paulo: Rocco, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.** Define a Política Nacional de Cooperativa, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5764.htm. Acesso em: ago. 2020.
- BRUNI, A. L. **A Análise contábil e financeira.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- BRUNI, A. L. **A Análise contábil e financeira.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- BÜTTENBENDER, P. L.; BRIZOLLA, M. M. B.; DEVES, K. R. Estratégias de gestão de uma cooperativa de crédito resultantes da avaliação econômica e financeira (2013 a 2017). **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 952-977, 11 ago. 2020.
- CARVALHO, F. L.; BIALOSKORSKI NETO, S. Indicadores de avaliação de desempenho econômico em cooperativas agropecuárias: um estudo em cooperativas paulistas. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 10, n. 3, 4 abr. 2011.
- CASTILLA-POLO, Francisca; SÁNCHEZ-HERNÁNDEZ, M. Isabel. Cooperatives and sustainable development: A multilevel approach based on intangible assets. **Sustainability**, v. 12, n. 10, p. 4099, 2020.
- CFC (Conselho Federal de Contabilidade). **NBC T 10.8. Entidades Cooperativas.** Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TG_GERAL_ESPECIFICAS_20042016.pdf. Acesso em: nov. 2020.
- CFC (Conselho Federal de Contabilidade). **NBC T 3.3.** Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade>. Acesso em: nov. 2020.
- DICKEL, D. **Manual de contabilidade para as cooperativas agropecuárias.** Porto Alegre, Sescop/RS, 2011.
- DINIZ, B. A. P.; CARDONA, J. V.; CERETTA, P. S.; RABELO. V. D. Análise da eficiência em cooperativas agropecuárias no estado do Rio Grande do Sul. **Revista Universo Contábil**, v. 5, n. 2, p. 39-57, 2009.

ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L.; IMLAU, J. M.; CHAVES, L. C. Processo de mapeamento das publicações científicas de um tema: portfólio bibliográfico e análise bibliométrica sobre avaliação de desempenho de cooperativas de produção agropecuária. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, n. 3, p. 587-608, set. 2014.

FIGUEIREDO, N T. C. **Cooperativas sociais**: alternativa para inserção. 1.ed. Porto Alegre: Evangraf, 2009.

FRANTZ, W. O Cooperativismo e a prática cooperativa. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo: UNISINOS, a. 19, n. 51, 1985.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012a.

MINAYO, M. C. de S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). **O que é Cooperativismo**. Sistema OCB, 2018. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: mar. 2020.

PEREIRA, A. G. **Análise das demonstrações contábeis**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

POKHAREL, K. P.; REGMI, M.; FEATHERSTONE, A. M.; ARCHER, D. W. Examining the financial performance of agricultural cooperatives in the USA. **Agricultural Finance Review**, v.79, n.2, p. 271-282, 2019.

PROCHNOW, D. A.; THESING, N. J.; CARNEIRO, C. J.; NOGUEIRA, T. P. Institucionalização de práticas sustentáveis em uma cooperativa de agricultura familiar. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 2, abr./jun., p. 200-219, 2022.

REIS, A.C.R. **Demonstrações contábeis**: estrutura e análise. São Paulo: Saraiva, 2003.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

THESING, N. J. **Por um mundo melhor**: cooperação e desenvolvimento. Porto Alegre: Sescop/RS. 2015.